

Como região de fronteira, o estado do Rio Grande do Sul deve ser analisado à luz de um contexto que o ligue ao Uruguai e à Argentina, Estados vizinhos, pois os eventos locais são fortemente condicionados pelas regiões à sua volta. A partir de tal afirmação, vê-se o período que começa na proclamação da República brasileira e termina em 1930, com a tomada de poder no governo nacional por Getúlio Vargas, apresentando diversas transformações no âmbito político e econômico. A ascensão do Partido Republicano ao poder no estado, aliada à gradual inserção da economia gaúcha à do restante do território brasileiro, antes impossibilitada pela falta de estrutura portuária, então adquirida através da construção do porto de Rio Grande, denotaram aspectos importantes das mudanças nas relações de poder do Rio Grande do Sul. A Revolução Federalista, quando da tomada de poder pelo PRR, e a ocorrência da “diplomacia marginal”, utilizada pelo governo castilhista como forma de pressão, tanto ao Estado uruguaio quanto ao presidente brasileiro Floriano Peixoto, destacada a manifesta ingerência nos assuntos externos, materializam a importância que o controle de poder político – em fase de transição –, e o que dele adviria, deteve à época. Com base em tais constatações, o estudo propõe-se a analisar as transformações no campo político e, paralelamente, as permanências verificadas no que a ele se refere, tendo como marco a oportunizar essa nova estruturação o fechamento e o corte de fronteiras entre o estado sulino e o Uruguai, tanto no caráter econômico quanto no fiscal, materializados após os seguintes eventos: (1) nacionalização do charque; (2) melhoria no transporte e nas comunicações; (3) acumulação de capital no estado; (4) abolição da tarifa especial; (5) implantação das torna-guias; (6) estímulo à diversificação da economia gaúcha.